

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA
DE NOVA CRUZ/RN



PROTOCOLO
Comarca de Nova Cruz / RN
Secretaria da Vara Cível

Recebido: 12/12/16

[Signature]

PRELIMINARMENTE

Dos benefícios da justiça gratuita

Antes de adentrar no mérito da lide, o autor requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem que ocasione prejuízo para seu sustento e de sua família.

SEVERINO COUTINHO BARBOSA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador (a) do RG nº 002.651.004 – SSP/RN, inscrito (a) no CPF sob o nº 087.643.164-32, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Walfredo Gurgel Nº 103 Bairro: Centro, Montanhas/RN, CEP 59198-000 desprovido de endereço eletrônico, por seu advogado: **JOÃO WANDERLEY DE MEDEIROS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PB sob o nº 17.837, e OAB/RN suplementar sob nº 1.137-A com escritório na Rua Costa Beiriz, nº 1-C, Centro, Guarabira/PB, CEP 58.200-000, e endereço eletrônico j.medeiros.jr@hotmail.com, vêm, com fulcro no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015, e com base na lei 6.194/74, alterada pela lei 11.482/07, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA NA GARANTIA
INVALIDEZ PERMANENTE DO SEGURO DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com representação na Rua Senador Dantas, nº 74, andar 5º e 6º - CEP. 20.031-205 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 09.248.608/0001-04 onde deverá ser citado na pessoa do seu representante legal, por via postal com AR, pelas razões de fatos e fundamentos aqui presentes.

[Signature]

I – DOS FATOS



O **AUTOR** foi vítima de acidente de trânsito em 25/06/2016, o fato foi registrado pela autoridade policial da circunscrição do acidente.

Em consequência do acidente sobrevieram sequelas permanentes com perda da capacidade física que resultou na sua INVALIDEZ PARCIAL / PERMANENTE.

O **AUTOR** acionou, administrativamente a requerida para o recebimento da indenização decorrente do SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INSTRUIU O PLEITO INDENIZATÓRIO com a documentação exigida no diploma legal vigente e nas circulares *extra-legis* formuladas pela REQUERIDA. (documentação em poder da seguradora RÉ)

A DEMANDADA POR INTERMÉDIO DE SUA EQUIPE MÉDICA, AVALIOU O GRAU DA LESÃO PERMANENTE HAVIDA PELO AUTOR NO ACIDENTE EM QUE FOI VÍTIMA.

APÓS CONSTATADA A LESÃO PERMANENTE POR SUA EQUIPE MÉDICA A SEGURADORA LIBEROU O PLEITO ADMINISTRATIVO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR INFERIOR AO GRAU DA LESÃO SOFRIDA.

II – DO DIREITO

Em 25/11/2016, a requerida efetuou o pagamento da indenização reclamada no valor de R\$ 1.687,50 (Um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

A requerida lesionou o direito da vítima ao quantificar a indenização em valor inferior ao estabelecido na tabela.

A quantificação das lesões físicas e psíquicas permanentes, reconhecidas e relatadas no exame médico permitem a elevação do valor da indenização que foi paga em desacordo com a lei.

III – CÁLCULO DA DIFERENÇA DEVIDA

A legislação vigente tem inserida em seu contexto a Tabela de Danos Pessoais que estabelece o percentual a ser aplicado sobre o teto indenizável observada a lesão permanente resultante do acidente de trânsito.



O autor apresenta fratura na clavícula e dificuldades.

De acordo com as lesões apontadas pelo LAUDO MÉDICO, classificadas conforme a Tabela inserida na lei, o percentual devido é 60% aplicados sobre a I.S – importância segurada, ou seja:

CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

$$\text{R\$ } 13.500,00 \times 60 \% = \text{R\$ } 8.100,00 - 1.687,50 = \text{R\$ } 6.412,50$$

O pagamento administrativo realizado pela seguradora é de R\$ R\$ 1.687,50 (Um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) QUE DEDUZIDOS DO VALOR DEVIDO, CORRESPONDE A R\$ 6.412,50 (Seis Mil Quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)

IV – DAS PROVAS

Requer a especial valoração das provas DOCUMENTAIS anexadas aos autos, atentando-se para o recibo de pagamento parcial da indenização, que comprova o fato constitutivo do direito do ora petionário.

V – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto requerer a V. Exa.:

I – A concessão de benefícios da Justiça Gratuita, com base na Lei 1.060/50, observada a alteração que lhe deu a Lei 7.510/86, no que se refere ao modo de pedir e a prova da condição de necessidade, por tratar o requerente de pessoa sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, pois se encontra com sérias dificuldades financeiras em razão dos fatos narrados na presente peça;

II – A citação da Ré, na pessoa de seus representantes legais, por carta registrada com AR, no endereço acima citado, na forma dos arts. 222 e 223 do CPC, para querendo contestar a presente, no prazo legal e sob as penas da lei;

IV – Requer ainda, a ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT A PARTIR DE 01/01/2007, COM A APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO PERÍODO;



V – A condenação da ré, no pagamento da complementação do valor da Indenização por INVALIDEZ PERMANENTE, correspondente a R\$ 6.412,50 (Seis Mil Quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), acrescida de correção monetária e juros legais;

VI – A condenação da ré nas custas judiciais e honorários advocatícios, no percentual de 30% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa;


VII – Informa, por fim, que **opta pela realização de audiência de conciliação ou mediação.**

VI – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.412,50 (Seis Mil Quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Termos em que Pede deferimento.

Nova Cruz/RN, 28 de Novembro de 2016


Adv. João Wanderley de Medeiros Junior
OAB/RN 1.137-A

VIII - QUESITOS

Quanto à perícia, caso Vossa Excelência entenda necessária a sua realização, segue o rol de quesitos.

- 1 – Queira o ilustre perito informar se a lesão sofrida tem nexos com o acidente.
- 2 – Descrever as lesões e sequelas decorrentes de acidente de trânsito apresentada pela autora.
- 3 – Em relação O autor apresenta fratura na clavícula e dificuldades, quanto ao trauma qual o grau de agravamento e deformidade?
- 4 – Descreva a força muscular dos **membros inferiores**. Conforme tabela de graduação de força muscular. Especifique em graus.
- 5 – Há discrepância de tamanhos entre os **membros inferiores** (encurtamento)?
- 6 – Segundo a baropodometria, a pisada do pé esquerdo da autora é regular?
- 7 – A autora apresenta claudicação à marcha? Se positivo, é possível afirmar que claudicação pode afetar joelho, quadril e coluna da autora?
- 8 – Perante os achados acima, qual é o grau de incapacidade funcional da autora?
- 9 – As conclusões levadas a efeito nos laudos e relatórios médicos apresentados com a inicial e que atestaram as lesões sofridas, confere com o atual quadro clínico da autora?